



O ESCOLANOVISTA FARIA DE VASCONCELOS E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS ANORMAIS: AÇÃO (PSICO)PEDAGÓGICA NO INSTITUTO DE REEDUCAÇÃO MENTAL E PEDAGÓGICO (1929-31)

Ernesto Candeias Martins – ernesto@ipcb.pt

Instituto Politécnico de Castelo Branco, IPCB, Castelo Branco, Portugal; <https://orcid.or/0000-0003-4841-1215>

RESUMO: Abordamos o escolanovista português, Faria de Vasconcelos (1880-1939), que foi uma figura pedagógica incontornável do Movimento da Escola Nova, no âmbito dos seus contributos às crianças anormais. O arco histórico percorre as primeiras décadas do séc. XX, período onde apenas existia para as crianças anormais o Instituto Médico-Pedagógico, Colónia Agrícola S. Bernardino e Instituto Médico-Pedagógico ‘Florinhas da Rua’. Norteamo-nos por um argumento analítico e hermenêutico, sob uma metodologia historico-descritiva documental, cujo corpus teórico-conceptual assenta nas fontes primárias deste pedagogo e das ‘Obras Completas’, reunidas e analisadas por Ferreira Marques; espólios de arquivos e monografia do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico; e nas fontes secundárias existentes em várias bibliotecas, revistas e dissertações académicas. Centralizamo-nos nas ações, ideias e experiências de Faria de Vasconcelos na educação nova e na educação especial. Os objetivos são: analisar a difusão e influências do Movimento da Educação Nova, no contexto português da época; analisar as ideias sobre a educação das crianças ‘anormais’ (retardadas/atrasadas escolarmente) neste escolanovista e o impacto da Proposta de Lei de João Camoesas (1923), assim como a sua ação tida no Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica (1929-31). A educação das crianças ditas ‘anormais’ foram psicopedagogicamente um dos temas centrais de Faria de Vasconcelos que pretendia uma educação integral (inclusiva). Os seus contributos psicopedagógicos, como escolanovista e, em especial, à educação das crianças ‘anormais’ foram importantes, especialmente a criação do Instituto e, por isso, constitui um dos maiores vultos da História da Educação em Portugal, de grande prestígio europeu e na Latino-América.

PALAVRAS-CHAVE: Faria de Vasconcelos; Educação especial; Escola nova; Anormais escolares.

INTRODUÇÃO

António de Sena Faria de Vasconcelos e Azevedo (1880-1939) é um pedagogo escolanovista português, incontornável do Movimento da Escola Nova, um dos maiores vultos da História da Educação e/ou Pedagogia Contemporânea, de grande prestígio europeu e em Latino-América (Cuba, Bolívia e conhecido pelo pedagogos do Manifesto dos Pioneiros da Educação, no Brasil), divulgador da pedologia e das bases psicopedagógicas no estudo científico da criança. Foi, um pioneiro da educação do futuro, segundo a designação feita por A. Ferrière no Prefácio do seu livro *‘Une École Nouvelle en Belgique’* (VASCONCELOS, 1915, p. 3-4) que, ainda hoje, merece reflexão em muitos aspetos do seu pensamento, especialmente no tema que iremos abordar, que é: a educação/ensino das crianças retardadas e/ou atrasadas escolarmente ou simplesmente ‘anormais’, nas primeiras décadas do séc. XX. No seu livro *Problemas Escolares*, de 1921, explica o que entende por pedagogia (contemporânea), considerando-a com

um caráter e um espírito nitidamente científico e experimental, ou seja, uma ciência da educação promotora da individualização e da socialização, pois a educação desenvolve-se, segundo aquele escolanovista, harmonicamente na formação do ‘homem integral’ – uma educação integral e inclusiva (VASCONCELOS, 2012).

O nosso estudo tem a intenção de analisar, na perspectiva histórica, os contributos de Faria de Vasconcelos à História da Educação Especial e/ou História das Instituições Educativas (não formais), pois outros aspetos do seu pensamento já mereceram estudos, monografias e investigações aprofundadas ou de sistematização em outras publicações (MARTINS, 2019). Heurísticamente servimo-nos, na construção do nosso *corpus* teórico-conceitual, das fontes primárias/secundárias em relação aos factos históricos da época em estudo (BERRIO, 1976), sendo de destacar nas primeiras fontes: as obras escritas do referido pedagogo e a coleção das *Obras Completas* de Faria de Vasconcelos (edição Fundação Calouste Gulbenkian), reunidas e analisadas por J. H. Ferreira Marques (1986, 2000, 2009); documentos nos espólios do Arquivo da Secretaria-Geral da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência (Coleção Biblioteca Histórica – Cota MESGBHE-PT/MESG/APA/FV/003-004) e no Arquivo do *Boletim do Instituto Reeducação Mental e Pedagógico* (Cota IRMP, 1929-1932) na Biblioteca Nacional de Lisboa/Arquivo do Instituto do Livro; as monografias das instituições que criou e dirigiu (*Instituto de Orientação Profissional* e *Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico*). Recorremos, em termos de fontes secundárias, à bibliografia existente em algumas bibliotecas (Biblioteca Nacional de Lisboa e/ou Instituto do Livro, bibliotecas Municipais de Castelo Branco, Cascais e Lisboa, Biblioteca do Museu do Teatro), a artigos de revistas (*Estudos de Castelo Branco*, Monográfico de 1969) e, ainda a dissertações académicas nos repositórios científicos.

O artigo norteia-se por uma metodologia analítica e hermenêutica, no âmbito histórico-descritivo e documental (BERRIO, 1976, p. 463), centralizado na figura de A. Faria de Vasconcelos e nas suas ações, ideias e experiências na Escola Nova e da educação (especial) com crianças ditas ‘anormais’. Baseamo-nos pelos seguintes objetivos: analisar a difusão e as influências do Movimento da Educação Nova e da pedagogia científica moderna, no contexto português da época; compreender as ideias propostas para a reforma ou reestruturação do sistema educativo (Proposta de Lei de João Camoesas, em 1923, sem ser aprovada, cujo mentor se deveu a Faria de Vasconcelos) (GOMES, 1980a), orientadas à educação das crianças ‘anormais’ ou ‘fracas de espírito’ (terminologia adotada por Faria de Vasconcelos, proveniente de Decroly significando retardadas/atrasadas escolarmente); analisar os contributos (psico)pedagógicos à educação das crianças anormais em Faria de Vasconcelos, no contexto da História da Educação (Especial) e a sua ação como responsável do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica (1929-31), em Lisboa. A educação das crianças ditas ‘anormais escolares’ ou ‘fracas de espírito’ foram psicopedagogicamente abordadas por Faria de Vasconcelos, na perspectiva de uma educação integral

(inclusiva), estando esta preocupação latente, em 1909 (VASCONCELOS, 1909b), e materializada com a criação e organização do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico (1929-1931), para o apoio às necessidades daqueles menores anormais.

O nosso arco histórico de análise insere-se nas primeiras três décadas do séc. XX, período onde apenas existia para as crianças anormais uma seção (masculina) do Instituto Médico-Pedagógico (1915) e a Colônia Agrícola S. Bernardino (1912), pertencentes ambas à Casa Pia de Lisboa onde se destacou a ação de Aurélio da Costa-Ferreira e Fernando Palyart Pinto, para além do Instituto Médico-Pedagógico ‘Florinhas da Rua – Condessa de Rivas’ (1922), de índole católico, para o sexo feminino (FIGUEIRA, 2001).

Metodologicamente a nossa análise estrutural da temática, à volta dos contributos do escolanovista Faria de Vasconcelos à educação especial e/ou das crianças anormais, assenta em quatro pontos: abordagem aos inícios da educação especial em Portugal no atendimento à criança anormal e deficiente; a influência e difusão das ideias do Movimento da Escola Nova, em Portugal e a experiência de Faria de Vasconcelos em Bierges, onde aplica 28,5 princípios dos 30 estabelecidos; contributos de Faria de Vasconcelos à educação/ensino das crianças anormais e a sua ação Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico, destinado a diagnosticar e intervir psicopedagogicamente às crianças ‘anormais’ (atrasadas/retardadas) e deficientes.

1 PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ATENDIMENTO À CRIANÇA ANORMAL E DEFICIENTE

Procuraremos, não entrando em detalhes, analisar de forma sintática os antecedentes ou primórdios históricos sobre os primeiros movimentos no atendimento a crianças com deficiência ou ditas anormais. Devemos considerar, em primeiro lugar, a evolução histórica do estatuto do deficiente na sociedade da época, o qual se insere nas seguintes etapas sequenciais: de separação, de proteção, de emancipação e de integração. A hipótese na época de que os deficientes mentais poderiam realizar aprendizagens foi inicialmente colocada por Jean Itard, em 1801, como resultado dos estudos relativos ao selvagem de Aveyron. Mais tarde o Movimento da Escola Nova, em especial os contributos de Decroly e M^a Montessori consideram a deficiência mental como mais um problema educacional do que um problema clínico. Já Montessori tinha aplicado às crianças anormais o método de treino-sensorial (Método Montessori), experimentado anteriormente por Séguin. Lembramos que outras correntes pedagógicas, sob a influência das ideias de Pestalozzi e Froebel, de Descoedres e Dewey defendiam que a cognição é uma forma de educação intelectual, acessível aos deficientes mentais (CARLOS, 1945). No que respeita a instituições internacionais, formadas ao longo do século XIX e inícios do século XX para

o tratamento e atendimento a crianças deficientes, com alguma influência na criação de classes ou institutos especiais portugueses destacamos, por exemplo (RAMALHO, 1909):

- Alemanha- criação duma classe para atrasados- 1867.
- Bélgica- Freiras de Caridade - Hospital Guislan de Gand e em 1857- P. Boncour.
- Espanha - Lei Moyano- 1857 prevê a criação de escolas para crianças surdas, em 1907, os irmãos Pereira- Instituto Psiquiátrico Pedagógico para atrasados mentais.
- EUA- 1846- Dr. Samuel Howe - Massachusetts- 1846-Instituição para cretinos; 1848 são formadas as classes Séguin- ginástica sensorial e em 1876 organização da Associação Americana para Deficiência Mental.
- França- Hospital de Bicêtre, Dr. Ferrus, 1818- escola para crianças e adolescentes; 1831- Dr. Falret- escola comunal para alunos idiotas, imbecis e alienados, Dr. Voisin- escola ao serviço dos idiotas no Hospício de Sèvres.
- Suécia- a primeira instituição para deficientes mentais- 1886.

As primeiras instituições portuguesas integradoras de ensino especial surgem tardiamente, apesar de ter havido uma *'mestra de moucos'*, em 1563, em Vila Real. Assim, referimos no ano de 1823, a criação do Instituto de Surdos-Mudos e Cegos, por ordem de D. João VI (FERNANDES, 1979). Este rei manda contratar na Suécia, Pedro Aron Borg, que tinha fundado uma escola do mesmo tipo em Estocolmo. Este sueco vem com o seu irmão José Hermano Borg para Portugal, com a incumbência de orientar a instalação daquele instituto, o qual, em 1834, é integrado na Casa Pia de Lisboa, através de decreto de Joaquim António de Aguiar, tendo um período breve de experiência na educação de crianças com problemas sensoriais, já que, posteriormente, passou para a área da Assistência. Na perspetiva de Rogério Fernandes (1979) encontramos-nos perante a primeira instituição oficial portuguesa de ensino especial. Simultaneamente irá surgir, a 15 de Junho de 1871, a primeira Casa de Detenção e Correção (Lisboa) para recolher delinquentes do sexo masculino até aos 18 anos, ao abrigo da proteção aos anormais sociais existentes na época. Inicia-se, assim, com o aparecimento de alguns institutos, casas de correção e asilos as primeiras formas de assistência educativa a crianças anormais.

Apesar destas referências históricas, segundo J. Pedro Fróis (1997), Anicet Fusillier deve ser considerado um dos precursores da educação especial em Portugal. O seu contacto com o nosso país vem do trabalho desenvolvido com um jovem surdo-mudo, filho de um industrial de Lisboa, no Instituto de Surdos-Mudos de Paris. Em Portugal realizou conferências sobre este assunto, no ano de 1890 e vem a propor a organização de uma classe para deficientes mentais no Hospital de Rilhafoles, assim como a organização de uma outra classe para surdos na Academia de Estudos Livres. Ao iniciar funções pedagógicas no Instituto de Surdos de Benfica, propõe a criação de uma *'secção especial'* para crianças e adultos atrasados, fracos de espírito e débeis. Todos eles deviam ser educados numa perspetiva pedagógica e terapêutica, para harmonizar as funções orgânicas com o desenvolvimento da atenção e da memória (FRÓIS, 1997). Com uma visão alargada, A. Fusillier traz para Portugal as ideias médico-

pedagógicas do século XIX, em que as atividades deviam ser graduadas em função do resultado da observação científica no próprio indivíduo. Os cuidados médicos acompanhavam o tratamento pedagógico, sobretudo no relativo aos surdos-mudos e aos deficientes mentais (AFONSO, 1995).

No início de 1911 (Lei de Proteção à Infância, de 27 de maio) a agenda republicana de proteção moral e jurídica à infância incluía, na estrutura de direito tutelar, uma atenção aos anormais patológicos. Em geral, visava-se a recuperação social das crianças sob a alçada da justiça, sendo criados, por aquela Lei, os serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores, as Tutorias Centrais de Infância, com os Refúgios em anexo (espaços de observação médico-pedagógica e psicológica) e escolas de reforma com a aplicação de meios educativos e não coercivos. No ano de 1914 Costa Sacadura realiza, no âmbito da higiene escolar, um inquérito sobre defeitos de pronúncia dos alunos, o seu estado mental e o carácter, servindo para se dar uma atenção específica às crianças ‘atrasados’ ou com dificuldades de aprender. Podemos considerar que, a partir de 1916, encontramos nas escolas a aplicação do modelo médico-pedagógico associado com os serviços de higiene escolar, de forma organizada (FRÓIS, 1997).

De facto, as correntes/movimentos pedagógicos de educação especial dos finais de oitocentos e princípios de novecentos influenciaram o surgimento desse ensino em Portugal, particularmente na organização do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia, em 1915 (posteriormente Instituto Aurélio da Costa Ferreira), destinado às crianças anormais do sexo masculino e outras iniciativas de classes e aulas especiais para ‘anormais’. Neste cenário histórico surge a figura de António Aurélio da Costa Ferreira que, entre 1915 e 1918, foi responsável pelo Curso de Pedologia na Escola Normal Primária (Lisboa), onde lecionou Psicologia Experimental. Em 1919 foi naturalista do Museu Bocage, o qual tinha fundado em 1914 (FERREIRA, 1920). Na qualidade de diretor da Casa Pia de Lisboa Aurélio da Costa Ferreira demonstrou interesse pela educação dos anormais, reorganizando a secção de surdos-mudos, sob a direção de Nicolau Pavão dos Santos, tal como a formação de professores para esse ensino e a implementação de estratégias para alunos gagos. Igualmente este médico pedagogo elabora registos de anamnese de escolares e diagnósticos através da observação médico-pedagógica; propostas de ensino diversificado e prático de acordo com as aptidões dos alunos anormais físicos e pedagógicos que constituíam causa de indisciplina e obstáculo ao regular andamento do ensino regular e, por isso, deveriam ser educados em classe/aula especial.

Entretanto na Casa Pia funcionou, a partir de 1912, uma escola para surdos-mudos, a qual por estar localizada num centro urbano, não permitia o desenvolvimento das atividades adequadas. Tratava-se de uma escola, inicialmente destinada a 35 alunos, que era frequentada por anormais pedagógicos, que pela sua deficiência intelectual constituíam um problema nas aulas, para o professor e para a escola, devido à sua desinquietação e retardamento no aprender. Da consulta dos Anuários da Casa Pia, desta época, deduzimos que aquela escola estava organizada em dois grupos de alunos: os turbulentos ou

inconstantes e os apáticos ou asténicos que podiam beneficiar do trabalho no campo e da aprendizagem oficial. As aulas eram noturnas mas havia também aulas diurnas para os linfáticos e outros mais fracos.

Sob a égide e da Casa Pia e pelo impulso de Aurélio da Costa Ferreira criaram-se:

a.)-*A Colónia Agrícola de S. Bernardino*. Este estabelecimento foi inaugurada a 5 de Outubro de 1913, inserindo-se no modelo preconizado em 1815, por Avelar Brotério de escolas-práticas de agricultura e economia rural. A Colónia tinha como responsável o professor César da Silva, sendo o edifício cedido pela Provedoria da Assistência de Lisboa, cujo provedor geral era Luís Filipe Mata. Para além das atividades curriculares havia outras ligadas às atividades agrícolas e oficinais (carpintaria, serralharia e formação de pedreiro) – aprendizagem de um ofício. Em termos educacionais a colónia pretendia a recuperação pedagógica dos alunos internados, pois para Aurélio da Costa Ferreira ela era um ‘*sanatório*’ de melhoramento para os fracos e para os ‘*maus*’ (Anuário da Casa Pia- 1913, de 7 de maio). Após o período de reabilitação e formação, os jovens obtinham colocação em casas de lavradores, oficinas locais. Em 1918, após alguns problemas com a população local, a colónia é transferida para Belém (Lisboa). Esta instituição constitui uma experiência (psico) pedagógica inovadora para época e a sua organização esteve dependente do grande empenhamento de Aurélio da Costa Ferreira (1920).

b.)-*O Instituto Médico- Pedagógico de Santa Isabel*. Em 1915 é criado o serviço médico-pedagógico da Casa Pia de Lisboa para os anormais internados do Asilo de Mendicidade, sendo-lhe atribuído um subsídio pela Provedoria da Assistência de Lisboa. Esta instituição tinha um externato para alunos anormais e para as crianças deficientes, consideradas educáveis, ou sejam eram ‘anormais pedagógicos’. Aurélio da Costa Ferreira (1919) refere-se à educação dos anormais, incluindo na imprensa da época (jornal *O Século*), que a classe do Instituto Médico- Pedagógico se destinava apenas aos ‘atrasados e retardados’, enquanto os imbecis e idiotas deviam ir para um asilo. Em 1918, o instituto passou a centro de observação e seleção de mutilados e estropeados de guerra, devido à afluência de pessoas nessas condições físico-mentais. Dois anos mais tarde, aquele instituto funcionará em sistema de internato para crianças/jovens pobres e pensionistas e em sistema de externato os serviços de consulta médico-psíquica, retomando, assim as suas funções iniciais que tinham como propósito o tratar e educar crianças nervosas, gogos ou portadores de outros defeitos de fala e deficiência mental. Existiu, ainda um serviço de consulta externa para crianças e adultos portadores de anomalias, deficiências mentais e/ou perturbados da fala (FERREIRA, 1919). Toda a observação clínica e psicológica às crianças era efetuada por Aurélio da Costa Ferreira, que foi, simultaneamente, o diretor do Instituto Médico Pedagógico. As aulas/classes especiais eram dirigidas por Fernando Palyart Pinto Ferreira, em colaboração com o professor de ortofonia Cruz Filipe, do professor e ator Joaquim Almeida na classe de ‘Arte de Dizer’ e da professora D. Lucília Carmina Lopes de Santa Clara. Neste instituto funcionavam várias oficinas para os menores, por exemplo: sapataria, alfaiataria, empalharia, encadernação e tipografia. Em termos de divulgação e

publicação (trimestral) das suas ações, o instituto dispunha de um *Boletim*. A 27 de março de 1929 a instituição é transferida para o Ministério da Instrução Pública, passando a ser designada por Instituto António Aurélio da Costa Ferreira.

Só a finais da década de 30, surgirá a proposta da criação do Instituto Navarro de Paiva para acolher e promover a educação das crianças/jovens anormais e/ou delinquentes com deficiências mentais, apresentados aos Tribunais de Menores, funcionando ao longo do século.

2 A EDUCAÇÃO NOVA EM PORTUGAL E A EXPERIÊNCIA DE FARIA DE VASCONCELOS EM BIERGES

Numa perspetiva global de análise a implementação do Movimento da Educação Nova em Portugal, desde finais de oitocentos até década de 30 do século passado, efetuou-se, segundo J.F. Gomes (1984), M. H. Figueira (2001 e 2004) e L. Marques Alves (2010), de modo idêntico ao seu homónimo internacional, seja por influências de pedagogos portugueses (relações e/ou contactos com figuras escolanovistas e do seu ideário) a instituições de escolas novas e/ou aos seus centros de difusão, por exemplo Instituto J.J. Rousseau em Génève). O professor A.S. Nóvoa (2005, p. 83) refere que depois de um “[...] século de teorias pedagógicas (...) importava na época explicar concretamente o que se fazia, esperando que essa ilustração fosse inspiradora e contribuisse para lançar a ‘semente’ da escola nova”. Esta metáfora da sementeira é, desde essa época, a que melhor caracteriza o discurso da inovação pedagógica daquele movimento. Era preciso passar das ideias às práticas e, ao mesmo tempo, transformar as práticas num laboratório de experimentação, apesar de nem tudo deveria ter o direito de intitular-se ‘escola nova’ (LEMOS, 1929). Contudo, o processo de implementação e organização escolar daquelas ideias inovadoras realizaram-se com algumas especificidades, sobretudo na materialização dos métodos e/ou técnicas pedagógicas (práticas pedagógicas), efetuada de forma avulsa em várias escolas portuguesas. Esta operacionalização prefigurou uma estratégia em duas etapas: a primeira de finais de oitocentos até à década de 20 de novecentos e, a outra etapa, com intervenções e práticas pedagógicas inovadoras a partir da década de 20 até meados da década de 30 (FIGUEIRA, 2004). Ora a materialização do ideário da Escola Nova, nas escolas portuguesa, ficou em boa parte a dever-se ao papel de muitos pedagogos (contactos internacionais), troca de informações metodológicas e de experiências pedagógicas, estabelecidas então na Europa (GOMES, 1984).

As relações individuais, entre pedagogos portugueses e os seus homólogos escolanovistas, de outros países, onde se experimentavam os princípios da Escola Nova em instituições, foram assíduas nos inícios do séc. XX (períodos de 1907-08 e de 1929-31), havendo nesses contactos o propósito de reformar o sistema educativo e modernizar a escola pelas ideias da Escola Nova. Anteriormente, já tinha havido

algumas iniciativas do Governo português em estudar a instrução primária dos países nórdicos, como na Suécia (Relatório de A. Feijó, em 1892), assim como abrir a escola às tendências modernizadoras, no Governo de João Franco, tendo este enviado um grupo de bolseiros a vários países europeus (Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica, Áustria, Suíça, Itália, Espanha, etc.), por exemplo: João de Barros, António dos Reis S. Barbosa, J. Júlio Bettencourt Rodrigues, Luís Cardim, Albano Ramalho, etc. A partir de 1907, deu-se a primeira leva de pedagogos, que criaram com intensidade e de forma oficial, uma dinâmica de contactos, como por exemplo, Álvaro Viana de Lemos (1929) (professor Escola Normal Primária de Coimbra, frequentando cursos na Bélgica e assistindo ao I Congresso Internacional de Pedologia - Bruxelas), mentor da Escola Nova em Portugal. Mas outras figuras pedagógicas de renome nacional seguiram esses contactos com o estrangeiro (Virgílio Santos, Fernando L. Ávila Lima, J. Augusto Alves dos Santos, José da Cruz Filipe, A. Sérgio e esposa (Luísa Sérgio), Ricardo Rosa y Alberty, F. Palyart Pinto Ferreira, César Porto, Adolfo Lima, etc. Posteriormente, na década de 20, houve uma segunda leva de pedagogos, onde destacamos, por exemplo: Irene Lisboa, Ilda Moreira, J. Rodrigues Miguéis, J. Xavier de Brito, João de Sousa Carvalho, A. Leal de Oliveira, Áurea Judite de Amaral, Joaquim Tomás, etc. (FIGUEIRA, 2004, p. 33-36). Muitos desses bolseiros realizaram cursos de formação, visitas a instituições, intercâmbio de ideias/conhecimentos técnico-pedagógicas, estabeleceram relacionamentos e propuseram-se implementar essas inovações. Deste modo e de forma gradual construiu-se um corpus científico de ‘saber pedagógico’ e desenvolveu-se condições para se realizarem práticas pedagógicas na escola (FIGUEIRA, 2001).

Ao referimo-nos ao escolanovista de A. Faria de Vasconcelos, que foi um destacável e reconhecido pedagogo inovador desse movimento, incidimos sobre a sua experiência na escola de Bierges, às ações no Instituto J. Rousseau e nas ‘missões belgas’ de reestruturação do sistema educativo de Cuba (1915-17) e Bolívia (1917-20) [1]. De facto, Faria de Vasconcelos, após ter concluído direito em Coimbra, parte para Bruxelas, em 1902, para progredir os seus estudos nas áreas das ciências sociais e, em especial de psicologia e pedagogia, onde se impregna de novas pedagogias e ideias inovadoras que circulavam na Europa (CUNHA, 1967). Matricula-se na Universidade Nova de Bruxelas, onde irá fazer o seu doutoramento,

¹ Os documentos do Ministério de Instrução Pública da República Boliviana, de 1917, indicam que em 1911 o Governo contrata docentes para a Escola Normal de Professores em Sucre, por exemplo: Constant Lurquin e Adhemar Gehain. Um ano mais tarde convidaram Raymond Hoffmann, para dirigir e reorganizar o Instituto Nacional de Comércio de La Paz, assim como, para aquele estabelecimento de formação de professores contrataram os professores Raymond Lurquin y Elie DeLulle (Dias, 1969). Em 1913 foi a vez de contratarem os professores Emile Jacobs, Júlio Fischer, Terese Réquile, Julia Degand, Emile Cambier, Henri de Genst, Adrien Hock, Henri Mettwie, Adolfo Lambert, Lea Leroy, ‘A. S. Faria de Vasconcelos’, Emile Siroux e Maurice Sluys. Paralelamente ainda convidaram outros professores de várias nacionalidades, por exemplo: os franceses Andrée Dubois-Niboyet, Louis Busch, Julio Harriague, Eugene Bultingaire, Cossec e Guy de Chazal; os italianos Prieto Bruno, Domenico Cartesegna, José Bacigalupo e José Torreggiani; os alemães e austríacos Federico Kiessling, Antónia Maluska e Elene K. de Schneider; o polaco Román Koslowsky; os peruanos Germán Morales e Roberto Valverde; o argentino Bernabé Sosa e o espanhol Juan Bardina (Marques, 2000).

em 1904, apresentando a tese *‘Esquisse d’une theorie de la sensibilité sociale’*, tendo já, em 1903, publicado uma obra de teor psicológico e social (*‘La Psychologie des Foules Infantiles’*) (ALVES, 1969). Exerce funções como professor titular de Psicologia e Pedagogia, naquela Universidade belga, para além de ministrar *‘Literatura Dramática’*, na Extensão Universitária da Bélgica (BRASIL, 1969). Vem a Portugal, em 1909, proferir uma série de Conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa, cujos textos são reunidos num volume titulado *Lições de Pedologia e Pedagogia Experimental* (VASCONCELOS, 1909), assim como algumas outras lições na Escola Normal Superior (Lisboa). Nestes escritos analisa o que entende por pedagogia, a evolução histórica da pedagogia experimental, os contributos da pedologia experimental e da psicologia infantil (MARQUES, 1986, 2000).

Entre 1912-1914, cria a Escola Nova de Bierges-les-Wavre (*‘École Nouvelle à la Campagne’*), situada nos arredores de Bruxelas e interrompida devido à I Guerra Mundial. Esta escola experimental vem a revelar-se um dos mais avançados exemplos de Escola Nova que, na opinião de Ferrière, no Prefácio da sua obra (VASCONCELOS, 1915, p. 3) “[...] foi uma das melhores realizações da Escola Nova”. No dizer de J. Lopes Dias (1969), Georges Rouma, o qual mais tarde, a convite do Governo boliviano (foi Diretor Geral da Instrução), em missão pedagógica para (re)estruturar e implementar os ideais da Escola Nova (em Sucre), encarava essa Escola de Bierges, como um “[...] laboratório de pedagogia prática, onde o seu fundador aplicou de maneira integral, os princípios da pedagogia científica” (DIAS, 1969, p. 88). Igualmente Rogério Fernandes (1978) se refere a esta escola, onde se aplicou 28 dos 30 princípios propostos pelo Bureau Internacional des Écoles Nouvelles, como um exemplo prático de uma escola nova, reconhecendo ter sido uma experiência pedagógica de interesse inquestionável para a História da Educação. Para a criação daquela escola experimental, Faria de Vasconcelos vende grande parte dos bens que possuía, o que é compreensível tendo em conta o seu ideal educativo para além do seu caráter e força inabaláveis de dedicação à educação inovadora (ALVES, 1967; CUNHA, 1967).

O escolanovista português aplicou na Escola de Bierges as suas ideias inovadoras pedagógicas, nomeadamente ao nível da classe/aula, da educação física (recreativa, ginástica pedagógica), dos trabalhos manuais, das atividades de educação não formal e comunitária (passeios, visitas a museus, atividades com outros jovens e adultos, etc.), entre outras. Foi até ao pormenor exigindomobiliário escolar adequado, ligando assim a comodidade, por exemplo, das carteiras, com a aprendizagem dos alunos. Refere, ainda aquele escolanovista que as carteiras escolares deformavam corporalmente a criança, originando atitudes viciosas e doenças (escoliose, miopia, etc.), impondo uma imobilidade contrária à sua natureza, às suas necessidades de movimento e de liberdade físico-motora e, assim, cansavam-na excessivamente (VASCONCELOS, 1929).

A experiência da escola de Bierges-les-Wavre assegura a necessária ligação da criança-natureza (naturalismo pedagógico) e a calma da ruralidade no meio urbano com a escola, sendo o lema a ‘Escola

às crianças' (VASCONCELOS, 1915, p. 14-15). Nela introduz quase todos os princípios orientadores da Escola Nova, insistindo nos mais nos “[...] métodos de ensino que lhe concediam uma identidade própria” (GOMES, 1980b: 233), comparados com outras experiências da época [2]. Apesar na Bélgica não se permitir a coeducação e haver dificuldades em implementar casas unifamiliares, separadas para grupos de 10 a 15 alunos, com ambiente familiar, sob a direção material e moral dum educador, aquela escola constituía para Ferrière um modelo *sui generis* de Escola Nova. O substrato pedagógico da Escola de Bierges assentava nas ideias inovadoras da Escola Nova, sendo aprofundadas por Faria de Vasconcelos (1929). Todas aquelas características pedagógicas, experimentadas em Bierges, irão orientá-lo nas no Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico, onde aprofunda a pedagogia experimental, as metodologias de observação, de diagnóstico e de intervenção com as crianças anormais na escola (VASCONCELOS, 1931).

De facto, Faria de Vasconcelos (1915) estabelece, de forma simples, os quatro pontos nucleares da nova educação: a relação com a natureza e com uma vida saudável; a criança, a sua experiência e o seu interesse como elementos centrais do trabalho pedagógico; a defesa de uma educação integral, se possível em internatos que recriassem o ambiente familiar; o princípio do autogoverno (*self-government*). Concebia o sistema de autonomia em função com os seguintes fundamentos pedagógicos: a criação de um conjunto bem organizado de regras, atividades físicas, hábitos e costumes morais; a criação de um verdadeiro espírito social através da “[...] divisão racional do trabalho e da cooperação efetiva e real do aluno na vida escolar” – isto permitia ao educando aprender a viver em sociedade e “[...] adquirir pouco a pouco o sentimento da vida coletiva” (VASCONCELOS, 2012, p. 208-209). Para além dessa organização social, cultivou sentimentos de iniciativa, independência e responsabilidade pessoal. Era apoiante de deixar a criança em grande liberdade e, por isso contrário a qualquer disciplina autoritária que impusesse à criança hábitos morais de que ela não entendesse, nem a razão nem a finalidade. Deixava cada criança criar para si própria uma regra interior, resultado das suas experiências pessoais, e fruto da adaptação espontânea à vida escolar, à vida social com os colegas e professores. Em todos os domínios da escola, na vida física, no trabalho manual, nas aulas, apelava-se à colaboração ativa, ao interesse, curiosidade, poder de iniciativa e esforço individual. O escolanovista português acreditava na liberdade de movimento e ação, na criação, organização e pesquisa e em tudo o que a escola dispunha para o aluno, sempre que este não abusasse da liberdade que dispunha. Isto não quer dizer que não exista autoridade (VASCONCELOS, 2012). É interessante notar que, em relação à educação, apelava à autoestima e autoconhecimento do ‘ser pessoa’,

² Por exemplo: *Abbotsbolme School* (Inglaterra), fundada por Cecil Reddie, em 1899 que aplicou na prática as teorias do interesse de Herbart; a escola pública de coeducação *Bedales School* (Inglaterra), fundada por J. Haden Badley, em 1893; a *Landerziehungsheim Hermann Lietz Schule* (Alemanha) criada por Hermann Lietz, em 1898; a *Odenwaldschule* (Alemanha) que seguindo os princípios pestalozziano (‘formar a cabeça, o coração e a mão’), criado por Paul Geheeb, em 1910; a escola francesa *École des Roches*, fundada por Edmond Demolins, em 1899; etc.

pois, este aspeto, tinha uma influência positiva no desenvolvimento da criança, incluindo a dita ‘anormal’, de modo a fazê-la viver num clima sem opressão e recriminações e, simultaneamente, levá-la a prestar atenção ao seu próprio progresso, a medir as suas forças, a apreciar e comparar o seu trabalho intelectual e/ou o seu esforço moral (MARTINS, 2019).

Amargurado com as consequências da I Guerra na Europa, aceita ir nas ‘Missões Belgas’ para a América Latina, estando em Cuba (1915-17) e na Bolívia (1917-20) onde implementa e desenvolve a formação de professores e de educadoras infantis. Regressa a Portugal em 1920, dedicando-se a participar na revista *Seara Nova* e em várias outras revistas (BRASIL, 1969). Irá exercer as funções de professor em diversas instituições (Universidade Popular, Escola Normal Superior de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e como diretor no Instituto de Orientação Profissional ‘M^a Luísa Barbosa de Carvalho’ (de 1925-36), criado por ele para além de ter sido mentor do projeto de reorganização do sistema educativo português - ‘*As Bases para a Reforma da Educação*’, apresentado pelo Ministro João Camoesas, em 1923, na Assembleia da República, mas por esta inviabilizada (GOMES, 1980a). Aquela proposta de Lei modificava o sistema educativo português em todos os seus níveis de ensino, desde o infantil ao profissional, preconizando a criação de jardins-de-infância e escolas para anormais, uma vez que no dizer de J. Lopes Dias (1969, p. 97): “Não havia escola para anormais, que perturbam alunos sãos e podem constituir perigo para eles, quando, por métodos e processos adequados, se evitam esses riscos e se recuperam nas suas possibilidades essas escolas especiais”. Ou seja, Faria de Vasconcelos (1921, p. 20), cita a tentativa de promulgação da Declaração dos Direitos da Criança, em 1924, referindo que um dos programas de intervenção socioeducativa consistia em dar atenção à criança em atraso (escolar) e/ou retardada, amparando-a e educando-a numa intervenção educativa e pela ação médico-pedagógica e/ou psicopedagógica. No ‘*Diário da República*’ de 2/07/1923, editado pela Imprensa Nacional, aquando da proposta sobre as ‘Bases de Reforma da Educação’ definia a ‘escola de anormais’, como um estabelecimento especial que recolhe e educa nas bases de métodos e processos adequados as crianças anormais das escolas públicas, evitando-se que não caiam em riscos (situações de ‘em perigo moral’ ou em risco”), conseguindo que essas crianças fossem capazes de um rendimento social e profissional, de modo a libertar a sociedade do seu peso morto, de seres improdutivos (GOMES, 1980a).

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E ENSINO ÀS CRIANÇAS ANORMAIS POR FARIA DE VASCONCELOS

Faria de Vasconcelos conhece bem os estudos psicopedagógicos na Europa e América, onde médico e professor trabalhavam em equipa para detetarem as ‘dificuldades ou anomalias’ e proporem a intervenção adequada, no âmbito médico-pedagógico, higienista e psicopedagógico. Daí acreditar na

eficácia da escola, pois alguns dados empíricos comprovavam que percentagem de alunos curados/melhorados pelos métodos (psico)pedagógicos era de 75% a 80% (VASCONCELOS, 1921). Além disso, define a partir das teses de Decroly e Yonckeere sobre os ‘anormais pedagógicos’, que o atraso de desenvolvimento dessas crianças era provocado por uma larga doença, uma frequência escolar irregular ou por uma fraqueza de espírito, de natureza especial. Admite que o meio social da escola produz disfunções no desenvolvimento dessas crianças e, por isso, deve ser detetadas precocemente essas anomalias para serem corrigidas. Um atraso escolar levaria a um regime de ensino diferencial (pedagogia diferenciada).

Neste sentido, Faria de Vasconcelos ao referir-se à Declaração de Genebra sobre os deveres da sociedade para com as crianças, citava o seu Ponto 5 ‘*A Proteção aos desvalidos, abandonados e anormais*’, exigia que

[...] não é apenas um dever de defesa, pois o contacto destas crianças constitui para os anormais um perigo manifesto, além do peso morto, da carga formidável que elas representam mais tarde para a própria sociedade se uma adequação adequada – em muitos casos proveitosa – não as habilitar a bastarem-se a si próprias (VASCONCELOS, 1929, p. 20).

A educação das crianças anormais pautava-se pelos resultados dos exames médico-psicológicos e tinha por objetivo conseguir o maior rendimento pessoal e social delas (BRASIL, 1969). Em nosso entender, ao ser Faria de Vasconcelos o mentor da Proposta de Lei de 1923, patente na letra do legislador, ele conhecia perfeitamente as correntes da psicometria, pedotecnia e as psicotécnicas, tendo sempre presente que o deficiente quando reeducado podia tornar-se útil à sociedade. A divisão dos tipos de escolas para anormais também nos faz antever as classificações psicológicas que já estavam em curso, na Europa e de que era profundamente conhecedor e que, a breve trecho, foram também aplicadas em Portugal (GOMES, 1980a).

Ao consultarmos no Boletim do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, um relatório elaborado, sob a tutela da Inspeção Geral de Sanidade Escolar, por uma comissão nomeada por António Sérgio, enquanto Ministro da Instrução, durante 6 meses, verificámos que estavam definidas as bases para uma organização de serviços de assistência a menores anormais nos finais da 1.^a República. A referida comissão era composta por: Sebastião Cabral da Costa Sacadura (Inspetor Geral de Sanidade Escolar), José Guilherme Pacheco de Miranda (médico-chefe da Inspeção Geral), Fernando Palyart Pinto Ferreira (diretor pedagógico do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia) e Vítor Hugo Moreira Fontes (médico do Instituto Médico- Pedagógico da Casa Pia de Lisboa). Esta proposta, publicada no Diário do Governo de 22 de Fevereiro de 1924 (2.^a série, nº 17) tinha as e as seguintes linhas condutoras:

- Proposta de criação de Institutos Médico-Pedagógicos em Lisboa, Porto e Coimbra, os quais deveriam estar articulados com os serviços de Instrução Pública, inspeções escolares e Escolas Superiores Normais. Cabia à orientação e coordenação dos serviços efetuar a seleção e distribuição de crianças, física e mentalmente anormais, pelas diferentes instituições. Este centro de coordenação assumia as funções de centro de estudos e de preparação de pessoal docente e auxiliar para a educação de anormais, considerados estes suficientemente educáveis, para depois poderem viver e angariar meios de subsistência, pelo seu trabalho.
- Organização dos serviços de Patronato, extra- escolar, para anormais. A sua direção estaria a cargo de um médico-pedagoga, assistido por um leque de médicos e professores especializados.
- O apoio às famílias seria efetuado através de subsídios, pagamento de transportes para anormais indigentes que frequentassem classes como externos e subsídios de aprendizado e socorro a antigos pupilos.
- Promoção de classes especiais, anexas às escolas ordinárias, para educação dos anormais pedagógicos e observação de todos os “irregulares” de escola.
- Organização de serviços de visitação, recolha de informações sobre o meio familiar e social.
- A assistência aos anormais começaria na escola oficial e aí, consoante o grau de desenvolvimento da sua mentalidade, os alunos seriam colocados em classes especiais ou noutras instituições para crianças/jovens anormais.
- O Instituto Médico-Pedagógico deveria observar as crianças em idade escolar, entre os 7 e os 14 anos e as crianças que tivessem mentalidade igual à dos normais de 5 anos, que pelo seu comportamento ou aproveitamento conviesse excluir da classe ordinária. - Os epiléticos, idiotas e imbecis passariam para secções especiais ou asilos, onde se deveriam instalar serviços escolares.
- Os jovens, a partir dos 16 anos, considerados anormais, seriam transferidos para escolas de reeducação, oficinas ou colónias agrícolas para anormais, ou colocados em aprendizado em casas de particulares, secção do patronato extraescolar para colocação dos menores anormais.

Na verdade, aquelas medidas propostas, no seu relatório, mesmo não tendo sido implementadas, lançaram, posteriormente, as bases da assistência aos menores com deficiência, em Portugal. Historicamente, vivia-se numa época, onde eram evidentes as influências internacionais na organização desses serviços, o que implicou a difusão da visão do médico-pedagogismo, nas décadas do séc. XX (AFONSO, 1995).

3 FARIA DE VASCONCELOS E O INSTITUTO DE REEDUCAÇÃO MENTAL E PEDAGÓGICO (1929-1931)

Faria de Vasconcelos preocupou-se pelos problemas, dificuldades e desmotivação manifestado escolarmente por aquelas crianças anormais/deficientes, constituindo um assunto fulcral da sua ação psicopedagógica, quer no Instituto de Orientação Profissional, quer no Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico, levando-o a criticar a inexistência de escolas para menores anormais, no país (MARQUES, 2009). Esta sua posição devia-se ao fato de ter aumentado a percentagem de anormais, devido às condições de vida social das famílias trabalhadoras e das mais desfavorecidas, que provocavam um

agravamento deste problema (30% a 40% de crianças escolares tinham dificuldades de aprendizagem), havendo a necessidade de criar escolas de educação especial para crianças anormais e/ou deficientes junto das escolas públicas. Este foi o motivo deste pedagogo que, à sua custa e na base dos seis ideais inovadores, propôs a criação do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico, em outubro de 1929 até 1931, estando apetrechado com vários laboratórios (Figura 1), equipados com instrumentos complexos e variados de diagnóstico e experimentação, proveniente da Alemanha e Bélgica, de modo a recolher os elementos provenientes do médico, da escola, da família e da comunidade para depois submetê-los a análise e experimentação. No dizer de J. Lopes Dias (1969, p. 104) destinava-se

[...] à Educação Especial de crianças com lacunas de atenção, memória, da vontade, do raciocínio, da linguagem, ou com defeitos das capacidades mentais. Crianças que não entendem o que estudam, não progridem, menos por falta de desenvolvimento mental, do que pela maneira por que lhes foi ensinado o que aprenderam, pelos efeitos e lacunas dos seus estudos! Em um e outro caso estas crianças carecem de cuidados especiais, de tratamento individual, de métodos e processos de educação e de ensino apropriado ao seu estado particular”

Na monografia do Instituto Reeducação Mental e Pedagógico (VASCONCELOS, 1931) indicava-se a tríade de objetivos da sua missão: finalidade, organização e funcionamento. A pretensão do instituto era intervir reeducando mental e pedagogicamente as crianças ditas ‘anormais’ (retardadas ou atrasadas), segundo a designação de Faria de Vasconcelos as ‘fracas de espírito’, que não atingiam o desenvolvimento normal ‘de que são capazes’ ou ‘suscetíveis’ (MARQUES, 2009, p. 437). Em termos organizacionais a sua estrutura assentava (MARQUES, 2009, p. 438): Secção para crianças com insuficiências graves (*défiantes*), nas suas capacidades mentais; Secção para crianças atrasadas, quer no seu desenvolvimento mental, quer na aprendizagem escolar; Secção para ‘crianças normais’, mas com necessidade de uma tenção especial, na vida e no trabalho; secção para crianças cujo desenvolvimento exigia cuidados especiais (educação especial).

O funcionamento do Instituto apresentava em duas funcionalidades: uma estrutura de serviços de consulta (clínica psicopedagógica); e um organismo de intervenção e tratamento, que era propriamente a parte (re) educativa, a ‘escola’ (PATRÍCIO, 2010).

Faria de Vasconcelos (1931) estava convencido que se tratava de ‘[...] une institution pleine d’avenir’, idêntica a outras congêneres na Europa, constituindo, com o Instituto de Orientação Profissional, de que era diretor, ‘[...] une des manifestations les plus intéressantes du Portugal moderne’ (MARQUES, 2009, p. 439). No dizer de J. Ferreira Marques (2009, p. XXIII), nas *Obras Completas* de Faria de Vasconcelos, aquele ‘[...] Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico teve uma vida curta’, ou seja, ‘[...] foi efêmero

e sobre ele não há elementos' da sua atividade. Na verdade, aquele pedagogo escolanista português desenvolveu nele uma dinâmica educacional reformadora, dentro de uma perspectiva (educação) social e/ou psicopedagógica, de tal modo que, a partir da iniciativa daquele Instituto, empenha-se na organização do Instituto Navarro de Paiva (Lisboa), que estava já previsto na Lei de Proteção à Infância de 27 de maio de 1911 (Diário do Governo nº 137, de 14/06), mas reiniciada esta pretensão devido à concessão testamentária do juiz conselheiro José da Cunha Navarro de Paiva, em 1924 (Federação Nacional das Instituições de Proteção à Infância incumbiu-se da sua administração desde 1930). A criação desse estabelecimento (Dec. nº 18375, de 17/05/1930) destinava-se a portadores de deficiência mental '[...] a menores do sexo masculino anormais delinquentes dos 9 aos 16 anos [...] suscetíveis de educação e capazes de fornecer um rendimento social pela prática dum ofício adequado às suas capacidades.' (MARQUES, 2009, p. 443), num contexto onde apenas existia o Instituto Médico-Pedagógico (Casa Pia), para sexo masculino, e o Instituto Médico-Pedagógico Condessa Rivas (ligado ao patriarcado de Lisboa), para sexo feminino. Em relação ao Projeto de organização psicopedagógica do Instituto Navarro de Paiva, J. F. Marques (2009) refere os 15 pontos estruturais citados por Faria de Vasconcelos:

[...] é, mais uma vez, um documento direto, enxuto, sem adiposidades, estruturado em 15 pontos: 1 – define a finalidade; 2 – define os condicionamentos médico-psicológicos de admissão; 3 – estabelece os limites tipológicos de admissão; 4 – apresenta as bases da organização educativa; 5 – indica as áreas da educação física compreendidas; 6 – faz o mesmo em relação à educação manual; 7 – faz o mesmo em relação à educação intelectual; 8 – identifica os ofícios em cuja aquisição aposta a educação profissional; 9 – prevê o encaminhamento externo do menor quando o Instituto não ensina o ofício para que ele revele aptidões; 10 – desenha a orientação geral a seguir no tocante à educação moral e social; 11 – estabelece a composição do pessoal docente; 12 – determina os critérios a seguir na distribuição dos menores em grupos; 13 – determina os limites de extensão desses grupos; 14 – indica os serviços a prestar pelo Instituto: exames para o diagnóstico e tratamento psicopedagógico a seguir; assistência técnica no estudo dos casos particulares que se apresentem; orientação e inspeção psicopedagógica dos menores; 15 – determina o funcionamento, anexo ao Instituto “Dr. Navarro de Paiva”, de um Patronato destinado à colocação, vigilância, amparo e auxílio material e moral dos menores que terminarem a sua educação (MARQUES, 2009, p. 445-446).

J. Ferreira Marques (2009, p. XXII-XXIII) encontrou no espólio de Faria de Vasconcelos na Secretaria - Geral do Ministério da Educação, um texto dactilografado, em papel timbrado do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica que, na sua opinião se assemelhava ao que se veio a pretender no Instituto Navarro de Paiva, pois '[...] parece representar de forma sistemática e em termos gerais a organização que se pretendia para o próprio Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica'. De facto, Faria de Vasconcelos (1931) sabia que era possível salvar muitas crianças da inferioridade a que estavam condenadas, que gravitavam no sistema educativo, mediante exercícios especiais de uma autêntica ginástica mental e pedagógica. Poucos na época entenderam as vantagens daquele instituto, quer como

consulta dos pais e professores, quer no tratamento psicopedagógico dessas crianças com desvios mentais (PATRICIO, 2010).

O instituto tinha como objetivo (re) educar os deficientes mentais e/ou físicos e, ainda a educação de crianças, que pela sua constituição psicossomática necessitavam de uma atenção especial. Todas essas crianças deveriam ter a possibilidade de reabilitação, de modo a conseguirem um rendimento (escolar) indispensável, que os tornasse válidos para o trabalho e para a sociedade. No diagnóstico das causas, da natureza e amplitude das deficiências dessas crianças procedia-se a uma série de exames clínicos, psicológicos e mentais (despistagem e diagnóstico). O tratamento, a correção, a educação e o ensino dessas crianças estava condicionado pelas indicações dos exames feitos e eram adaptados a cada caso específico da criança – ensino individualizado (ALVES, 1967). De facto, o propósito consistia salvar muitas crianças, que estavam condenadas a terem um percurso ‘anormal’, permitindo-lhes por meio da intervenção de uma série de exercícios, ocupações e atividades especiais, concretas, estimulantes e atrativas, recuperando as condições ‘normais’ e desenvolvendo ao máximo o que eram capazes (CUNHA, 1967). Para além das instalações e espaços adequados à educação especial destas crianças, o instituto estava dividido em quatro seções segundo a tipologia da ‘anormalidade’, sendo constituído por técnicos destinados ao serviço médico, ao serviço de tratamento psíquico e ao serviço de tratamento psicopedagógico. Aplicavam-se os melhores métodos e processos de observação, de entrevista, de experimentação psicológica e pedagógica, dispondo de material didático e aparelhagem/equipamento específico – laboratórios (**Figura 1**).

Figura 1 –Aparelhos dos laboratórios do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica



Fonte: Biblioteca Municipal de Lisboa - Arquivo do Boletim do IRMP, 1929

O facto do Instituto de Reeducação Mental e Pedagógico, ter uma curta duração, devido, por um lado, à falta de apoios e de financiamento estatal e de colaboradores interessados na educação especial e, por outro lado, ao alheamento dos familiares das crianças que mais dele necessitava, assim como das

escolas onde muitas delas frequentavam o ensino. Mais tarde, em 1930, Faria de Vasconcelos cria o Instituto Secundário, na modalidade de externato, onde ministrou o curso geral dos liceus e realizava inovações psicopedagógicas para esses jovens anormais e atrasados frequentadores deste nível de ensino. Mas este projeto também não teve continuidade pelas razões apontadas em relação ao Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica.

Na verdade, os esforços e os contributos (psio) pedagógicos à educação especial por parte de Faria de Vasconcelos, para além da criação daqueles institutos, propunha ainda (ALVES, 1967): a criação de classes especiais para alunos sobredotados, como resposta ao problema da percentagem considerável deste tipo de escolares inteligentes, que muitas vezes se perdiam e se desmotivavam nas escolas; a criação de classes especiais onde se ensinava a trabalhar (oficinas), a pensar, a estudar e onde o curso geral dos liceus era feito por métodos modernos, obedecendo a uma organização científica do trabalho escolar e das classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faria de Vasconcelos revela nas suas obras uma aposta no homem, no seu valor espiritual, nas suas capacidades como ser atuante e, por isso afirmava no poema '*Sois un Homme!*' (MARQUES, 1986, p. 223), de que '*vale a pena ser Homem*'. A escola única, a educação integral, a educação especial para os anormais, a coeducação, a puericultura, a proteção das crianças desvalidas e abandonadas, a pedotecnia e psicotecnia, as escolas ao ar livre, o uso dos métodos (inter) ativos e das metodologias de ensino nas didáticas, levam-no a ser um dos pioneiros da educação do futuro dentro do Movimento da Escola Nova, segundo Ferrière no Prefácio da sua obra '*Une École Nouvelle en Belgique*' (VASCONCELOS, 1915). Este pedagogo escolanovista concebeu a autonomia dos educandos 'anormais' de acordo com seguintes fundamentos: criação de um conjunto de regras, hábitos, atividades, responsabilidade pessoal e costumes morais; criação de um verdadeiro espírito social, através da divisão racional do trabalho e da cooperação efetiva e real do aluno-família na vida escolar e na reabilitação, o que lhe permitia aprender a viver em sociedade e adquirir o sentimento da vida coletiva (VASCONCELOS, 1921). Ou seja, deixava a criança criar por si própria as regras interiores, fruto da adaptação espontânea à vida escolar. Deste modo, os contributos de Faria de Vasconcelos à educação especial estão identificados em algumas obras/escritos, nas suas ações psicopedagógicas, na criação e intervenção no instituto Reeducação Mental e Pedagógica, nas propostas de (re)organização do sistema educativo português na atenção às crianças anormais pedagógicas (fracas de espírito) e a outras intervenções em revistas e conferências desde 1909 (VASCONCELOS, 1909a, b).

REFERÊNCIAS

AFONSO, José António M. Moreno. **A Educação Especial em Portugal**: Aspetos da sua formação histórica e a emergência das organizações de pais de cidadãos deficientes mentais. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 1995.

ALVES, Luís A. Marques. República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. **Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA** (Porto), III Série, Vol. 11, p. 165-180, 2010.

ALVES, M. **A ação pedagógica de Faria de Vasconcelos**, 1967, 219 f. (Tese de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, na Faculdade de Letras/ Univ. de Coimbra. Coimbra.

ALVES, M. Compilação de obras do Prof. Faria de Vasconcelos. **Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura**– Monográfico, nº 30, p. 112-119, julho, 1969.

BERRIO, J. Ruiz. El método historico en la investigación historica de la educación. **Revista Española de Pedagogía** (Madrid), Año XXXIV, nº 134, p. 449-475, Oct./Dic. 1976.

BRASIL, R. Faria de Vasconcelos e a evolução da pedagogia portuguesa. **Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura**– Monográfico, nº 30, p. 38-46, julho, 1969.

CARLOS, Vítor Manuel Santana. Alguns aspetos do problema da infância anormal. **Brotéria**, Vol. XLI, Fase. 5, novembro (Separata). Porto: Tipografia Posto Médico, 1945.

CUNHA, A. **Faria de Vasconcelos: pensamento e ação pedagógica**, 1967, p. 310 (Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação no IE). Universidade do Minho. Braga.

DEMOOR, João. **As crianças anormais e o seu tratamento educativo em casa e na Escola**. Lisboa: C8 Editora, 1922.

DIAS, J. L. Itinerário biobibliográfico de Faria de Vasconcelos. **Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura**– Monográfico, nº 30, p. 83-109, julho, 1969.

FERNANDES, R. **O pensamento pedagógico em Portugal**. Lisboa: ICALP, 1978.

FERREIRA, A. A. da Costa. **Algumas lições de Psicologia e Pedologia**. Lisboa: Lúmen, 1920.

FERREIRA, António Aurélio da Costa. **Instituto Médico- Pedagógico da Casa Pia de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1919.

FIGUEIRA, M. H. a Educação Nova em Portugal (1882-1935): semelhanças, particularidades e relações com o movimento homónimo internacional (Parte II). **História da Educação – ASPHE/Fae/UFPeL** (Pelotas), nº 15, p. 29-52, abr. 2004.

FIGUEIRA, M. H. **Um roteiro da educação nova em Portugal**, 2001, 375 f. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação). Faculdade Psicologia e Ciências da Educação/Universidade de Lisboa. Lisboa

FRÓIS, J. P. **Contributo para a história da educação dos deficientes mentais em Portugal: Os primeiros oitenta anos do seu desenvolvimento (1890-1970)**. 1994, 347 f. (Dissertação de Mestrado em Educação Especial, na FCS). Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

GOMES, J. F. A. Faria de Vasconcelos. **Revista Portuguesa de Pedagogia** (Coimbra), XIV, p. 231-255, 1980b.

GOMES, J. F. **Estudos de História e Pedagogia**. Coimbra: Almedina, 1984.

GOMES, J. F. **Uma proposta de lei para a criação de ‘escolas novas’ apresentada no parlamento da 1.ª República** – Estudos para a História da Educação no séc. XIX. Coimbra: Almedina, 1980a.

LE MOS, A. V. **Princípios basilares da ‘Liga Internacional de Educação Nova’ e seus fins**. Coimbra: Tip. Reis Gomes, 1929.

MARQUES, J. F. **Faria de Vasconcelos: Obras Completas** (Vol. I., 1915-1920). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

MARQUES, J. F. **Faria de Vasconcelos: Obras Completas** (Vol. III, 1920-1925). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

MARQUES, J. F. **Faria de Vasconcelos: Obras Completas** (Vol. IV, 1925-1933). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

MARTINS, E.C. (coord.) **António S. Faria de Vasconcelos nos meandros do Movimento da Escola Nova: Pioneiro da educação do futuro**. Castelo Branco/Várzea da Rainha Impressores: Edição da Câmara Municipal de Castelo Branco, 2019 (ISBN: 978-989-691-808-8).

MEIRELES-COELHO, C. **Educação contemporânea**. Aveiro: Publ. Univ.de Aveiro, 2005.

NÓVOA, A. S. **Evidentemente: Histórias da Educação**. Lisboa: Asa, 2005.

PATRÍCIO, M. Ferreira. A Seara Nova no itinerário pedagógico de Faria de Vasconcelos. **Seara Nova**, n.º 1712 (verão) e n.º 1713 (outono), 2010.

RAMALHO, Albano. **Impressões sobre as Escolas de França e Bélgica**. Porto: Casa Editora de António Figueirinhas, 1909.

RAMOS, Licínia. Crianças anormais. **Escola Portuguesa** (Lisboa), Ano X, n.º 469, p. 32-33, outubro, 1943.

VASCONCELOS, A. F. (2012). **Uma escola nova na Bélgica** (Carlos Meireles-Coelho, Ana Cotovio e Lúcia Ferreira, trad. original *Une École Nouvelle en Belgique*. Préface de A. Ferrière. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1915). Aveiro: Glocal-Associação Científica Internacional, 2012.

VASCONCELOS, A. S. F. **Lições de pedologia e pedagogia experimental**. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1909a.

VASCONCELOS, A. S. F. **Monographie de L’Institut de Reeduaction Mentale et Pedagogique**. Lisboa: Imprensa Lucas & Ca, 1931.

VASCONCELOS, A. S. F. **Problemas escolares**. 1ª série. Lisboa: Seara Nova, 1921 (2ª série, 1929).

VASCONCELOS, A. S. F. **These 1: Anormaes pedagógicos** (Comunicação) In: II Congresso Pedagógico (março, p. 347-354). Lisboa : Atas do Congresso/Edição do Autor, 1909b.

VASCONCELOS, A. S. F. **Une École Nouvelle en Belgique**. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé, 1915.

Title

The scholanovista Faria de Vasconcelos and the Education of abnormal children: (psycho) pedagogical action in the Institute of Mental and Pedagogical Reeduction (1929-31).

Abstract

We approached the Portuguese scholanoview, Faria de Vasconcelos (1880-1939), which was an indispensable pedagogical figure of the Nova school movement, in the context of its contributions to abnormal children. The historic arch travels through the first decades of the century. XX, period where there was only for abnormal children the medical-Pedagogical Institute, Colonia Agricola S. Bernardino and the Medical-pedagogical Institute 'flower Shops of the street '. We are guided by an analytical and hermeneutical argument, under a historical-descriptive documentary methodology, whose theoretical-conceptual corpus is based on the primary sources of this pedagogue and the ' Complete works ', gathered and analyzed by Ferreira Marques; Spoils of archives and monograph of the Institute of Mental and Pedagogical reeducation; and secondary sources in various libraries, journals and academic dissertations. We centralize in the actions, ideas and experiences of Faria de Vasconcelos in new education and special education. The objectives are: to analyze the diffusion and influences of the new education movement in the Portuguese context of the time; Analyze the ideas about the education of ' abnormal ' children (delayed/delayed) in this scholarly view and the impact of the proposed law of J. Camoesas (1923), as well as its action taken at the Institute of Mental and Pedagogical reeducation (1929-31). The education of the children said ' abnormal ' were psych pedagogically one of the central themes of Faria de Vasconcelos who intended an integral education (inclusive). His psych pedagogical contributions, such as scholanview and, in particular, to the education of the ' abnormal ' children were important, especially the creation of the Institute and, therefore, constitutes one of the greatest figures in the history of education in Portugal, of great European prestige and Latin America.

Keywords

Faria de Vasconcelos; Special education; New school; Abnormal scholars.

Recebido em: 05/10/2019.

Accito em: 18/12/2019.